

A (R)Existência de Kehinde, em *Um Defeito de Cor**La (R)Existencia de Kehinde en Un Defecto de Color**The (R)Existence of Kehinde in A Color Defect***Francelina Ribeiro Barreto**

Resumo: A partir de *Um defeito de cor* (2009), de Ana Maria Gonçalves, objetivamos discutir como a trajetória de resistência da protagonista Kehinde evidencia uma resistência da cultura afro-brasileira, em meio à violência da escravidão e da colonização no Brasil. A par da pesquisa bibliográfica e da análise literária, buscamos como aporte teórico o feminismo negro e o decolonial, em diálogo com a literatura, a história e a memória. No romance, ocorrem denúncias de processos históricos de violência física, simbólica e cultural, bem como do racismo e da violência de gênero e sexual que atingiu, sobretudo, as mulheres negras. Por fim, destacamos que Kehinde é uma personagem forte e persistente, que resiste e busca sobreviver, tal qual a cultura afro-brasileira, em busca da liberdade e de suas identidades e memórias.

Palavras Chave: (R)Existir. Corpo Negro Feminino. Cultura Afro-Brasileira. Inter-Relações Entre Literatura, História E Memória.

Resumen: A partir de *Um Defeito de Cor* (2009), de Ana Maria Gonçalves, buscamos discutir cómo la trayectoria de resistencia de la protagonista Kehinde evidencia una resistencia de la cultura afrobrasileña, en medio de la violencia de la esclavitud y la colonización en Brasil. Junto a la investigación bibliográfica y el análisis literario, buscamos como soporte teórico el feminismo negro y decolonial, en diálogo con la literatura, la historia y la memoria. En la novela hay denuncias de procesos históricos de violencia física, simbólica y cultural, así como del racismo y la violencia sexual y de género que afectaba principalmente a las mujeres negras. Finalmente, destacamos que Kehinde es un personaje fuerte y persistente, que resiste y busca sobrevivir, al igual que la cultura afrobrasileña, en busca de la libertad y de sus identidades y memorias.

Palabras Claves: (R)Existir. Cuerpo Femenino Negro. Cultura Afrobrasileña. Interrelaciones entre Literatura, Historia y Memoria.

Abstract: Based on *Um Defeito de Cor* (2009), by Ana Maria Gonçalves, we aim to discuss how the resistance trajectory of the protagonist Kehinde evidences a resistance of Afro-Brazilian culture, amid the violence of slavery and colonization in Brazil. Alongside the bibliographic research and literary analysis, we sought as theoretical support the black and decolonial feminism, in dialogue with literature, history and memory. In the novel, there are denunciations of historical processes of physical, symbolic and cultural violence, as well as racism and gender and sexual violence that mainly affected black women. Finally, we emphasize that Kehinde is a strong and persistent character, who resists and seeks to survive, just like the Afro-Brazilian culture, in search of freedom and their identities and memories.

Key-words: (R)Exist. Black Female Body. Afro-Brazilian Culture. Interrelationships Between Literature, History And Memory.

Francelina Ribeiro Barreto – Doutoranda em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora na Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/PA. Bolsista CAPES. E-mail: francymes18@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um defeito de cor (2009), de Ana Maria Gonçalves, é uma longa narrativa histórico-memorialística ficcional, criada a partir do que a autora denomina como serendipidade, em alusão ao processo de que uma história se apresenta como consequência de outra. Nesse caso, Gonçalves (2009) indica no prólogo como o contato com um livro de Jorge Amado a levou a se interessar pela Bahia e pela Revolta dos Malês, utilizando esse como um dos motes de sua escrita, reforçado pela leitura de supostos manuscritos históricos que encontrou numa casa em Itaparica, na Bahia. Desse contexto, criou o romance que é objeto de discussão neste artigo, centrado na protagonista Kehinde, que, ao longo da obra, também terá o nome de Luísa.

Na referida obra, o leitor, inicialmente, conhece as memórias da pequena Kehinde sobre as violentas vivências que ela teve em Savalu, reino do Daomé, na África. São exemplos disso os abusos sexuais sofridos por ela e sua irmã, a morte de sua mãe, a captura dela e de sua irmã para que fossem escravizadas e trazidas ao Brasil, até que, sozinha (a irmã e a avó morreram nos insalubres navios de tráfico negreiro) e privada de liberdade, desembarcou no Brasil. As situações descritas evocam nos leitores uma sensação de revolta e mal-estar frente à denúncia de tantas violências sofridas pelas pessoas negras, o que também pode direcionar à percepção de como Kehinde precisa resistir física, psicológica, emocional e culturalmente para sobreviver em meio à escravidão e à colonização no Brasil.

É a partir dessa percepção que este artigo objetiva discutir como a trajetória de resistência de Kehinde evidencia, também, uma resistência da cultura afro-brasileira, e, especialmente, das mulheres negras, em meio à violência da escravidão e da colonização no Brasil. Defendemos, nesse sentido, que, ao recriar ficcionalmente as memórias biográficas de Kehinde, Gonçalves (2009) alude à história do povo negro escravizado no Brasil, denunciando as muitas camadas de violência e de desumanização impostas, as quais a história oficial busca omitir. Ademais, frente às inter-relações entre a literatura, a história e a memória, evocadas na narrativa, há um discurso de evidência e resistência da cultura afro-brasileira, construído a partir dos próprios negros, mais especificamente de uma mulher negra – Kehinde.

A fim de atingirmos o objetivo proposto, o estudo está fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise literária, pautado no feminismo negro e no feminismo decolonial, em diálogo com os estudos sobre as inter-relações entre história, literatura e memória. Estruturalmente, o texto foi dividido em três seções, além da presente introdução e das considerações finais, com o intuito de estabelecermos uma discussão sobre como a trajetória de Kehinde representa, também, a resistência da história e da cultura afro-brasileira. Esta, mesmo sob o constante signo da violência no Brasil, resiste e recria, todos os dias, suas histórias e memórias, tendo também na escrita literária e na literatura afro-brasileira uma aliada, tanto para a denúncia do racismo e das inúmeras violências que atingem a população negra, sobretudo as mulheres negras, quanto para a criação de espaços que fortificam a resistência cultural negra, tal como o faz a escritora Ana Maria Gonçalves, que, não por acaso, também é uma mulher negra.

1. A Cor da Pele como um Defeito: aproximações entre a literatura, a história e a memória.

Grada Kilomba inicia *Memórias de plantação* (2019) com um poema de Jacob Sam-La Rose, em cujo texto se lê: “Por que escrevo? / Porque eu tenho de / Porque minha voz, / em todos os seus

dialetos, / tem sido calada por muito tempo.” (ROSE, 2002, p. 60 apud KILOMBA, 2019, p. 21). A partir do discurso poético, falando sobre a história do povo negro, a autora comenta sobre como esse poema evoca uma “[...] longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes.” (KILOMBA, 2019, p. 21). A escritora discute como tem sido a vida de pessoas negras que foram forçadas a vivenciar um processo colonizador de inúmeras violências físicas, culturais e simbólicas, sofrendo o acesso negado à leitura, à educação e à escrita – ao direito de narrar e de narrar-se.

Ao povo negro, em favor de suas memórias e histórias, houve apenas a opção de resistir, visto que, como diz Kilomba (2019, p. 21), houve/há/haverá “[...] uma fome coletiva de ganhar a voz, escrever e recuperar nossa história escondida”. É em busca de parte dessa história afrodiaspórica que a escritora brasileira Ana Maria Gonçalves, em suas inter-relações entre literatura, história e memória, usa a sua voz e a sua escrita para dar vida à Kehinde, a protagonista da resistência em *Um defeito de cor* (2009). Já pelo título do romance, podemos perceber o caráter crítico impresso à narrativa, quando a autora denuncia como, pela ótica racista, ser negro é um defeito em razão da cor da pele que se apresenta, aludindo a um decreto que impedia que pessoas negras ocupassem cargos públicos ou, ainda, demandando que exigissem “dispensa do defeito de cor” (GONÇALVES, 2009). Todavia, a narrativa subverte essa visão ilógica preconceituosa e reafirma, a partir de eventos históricos como a Revolta dos Malês, a importância e estética da cultura afro-brasileira.

O componente histórico se inter-relaciona à escrita literária e à memória para que, a partir dessa conjuntura, seja construído o discurso de resistência relacionado a Kehinde, que, dentre outros aspectos, busca o direito às suas memórias e identidade, bem como ao seu próprio corpo. Já escravizada e morando no Brasil, em meio a muitas violências que sofre, especialmente após ser estuprada por José Carlos, senhor de escravos em Itaparica, Kehinde vai tomando consciência de sua condição e da necessidade de encontrar uma forma de subverter todo o violento contexto em que ela está inserida. Diante do estupro, ao perceber que sequer tem direito sobre o seu corpo, a protagonista reflete: “[...] Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais.” (GONÇALVES, 2009, p. 144).

Quando ela fala sobre tomar consciência do que ocorria a ela e aos demais escravizados, constantemente violentados e desumanizados, se refere ao contexto de 1800, em que vigorava no Brasil a violência escravocrata e colonizadora, alinhada ao eurocentrismo e ao racismo. Podemos correlacionar esse trecho do romance também ao que postula a feminista decolonial María Lugones (2014), em relação à consciência da colonialidade. Essa autora indica que, para romper com a estrutura colonial, é preciso o reconhecimento da dupla condição de colonizados fraturados, o que levará à resistência e ao enfrentamento das formas de colonialidade que vigoram socialmente. Nesse sentido, tanto a trajetória de Kehinde, ao assumir a consciência dos processos que sofria, quanto a escrita de Gonçalves possibilitam a revisão desse período tenebroso da história do Brasil, que ainda precisa ser amplamente discutido para ser superado, dado que ainda hoje são inúmeros os desdobramentos da escravidão colonialista no país.

Outro aspecto que reitera as relações literatura, história e memória é o fato de que a narrativa abre margem para algumas associações entre personagens do romance e figuras históricas. Nesse

sentido, há uma possibilidade de leitura que associa Kehinde a Luísa Mahin, escravizada que foi uma das líderes da Revolta dos Malês, e Omotunde Adeleke Danbiran, filho de Kehinde, a Luís Gama, advogado abolicionista filho de Luísa Mahin. A própria autora do livro afirma no prólogo a relação desses personagens descritos com os históricos baianos do final do século XVIII e início do século XIX. A escritora indica:

[...] esta pode não ser uma simples história, pode não ser a história de uma anônima, mas sim de uma escrava muito especial, alguém de cuja existência não se tem confirmação, pelo menos até o momento em que escrevo esta introdução. Especula-se que ela pode ser apenas uma lenda, inventada pela necessidade que os escravos tinham de acreditar em heróis, ou, no caso, em heroínas, que apareciam para salvá-los da condição desumana em que viviam. (GONÇALVES, 2009, p. 12)

Quando Gonçalves (2009) fala sobre uma escrava muito especial que não tem sua existência confirmada, se refere à Luísa Mahin. De fato, não se tem documentos que comprovem que essa figura histórica realmente existiu, mas ela está presente na memória coletiva do povo baiano nos relatos sobre a revolta dos Malês. Igualmente, marca presença em descrições feitas pelo próprio Luís Gama em suas cartas. Sobre essa memória que prevalece viva no imaginário coletivo, Halbwachs (2004, p. 26) esclarece:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

A memória da existência dessa mulher negra, guerreira e vingativa, participante da revolta que culminou com o violento assassinato de homens, mulheres e crianças malês na Bahia, persiste como estímulo e incentivo para reafirmar a resistência da mulher negra. Especialmente quando se trata do reconhecimento de si, da luta pelo direito aos seus corpos, às suas memórias e na luta por espaço, respeito e igualdade, como também o fez/faz Kehinde, como provavelmente o fez Luísa.

O filósofo Paul Ricoeur (2007), ao tratar sobre as aproximações entre a literatura e a história, destaca o caráter dialético de uma dicotomia que se desencadeia a partir do entrecruzamento dos efeitos originados por ficções e narrativas históricas nos textos. Tal entrecruzamento, que evidencia as inter-relações entre a literatura e a história, conjugadas também à memória, ocorre pela perspectiva de que o narrar, seja qual for o objeto da narração (o real ou a ficção), é o ato de desenvolver uma narrativa como se, de fato, tivesse acontecido. Dessa forma, destacamos que não nos interessa confirmar nem refutar a existência de Luísa Mahin, mas sim observar como a sua memória inspira a trajetória de Kehinde e, nesse sentido, ambas clamam pela humanização do povo negro e direito às identidades e subjetividades afro-brasileiras, especialmente para mulheres.

Kehinde, já cega e idosa, ao narrar oralmente suas memórias e, conseqüentemente, tomar para si o direito de narrar sua própria história, afirma:

acabo de perceber a semelhança entre o que eu sentia naquela época e o que sinto neste exato momento e já senti em outros, quando relembro tudo que aconteceu. Cansaço, muito cansaço. Você já percebeu que a vida da gente pode ser dividida em espaços de tempo, ou por lugares, ou os dois juntos, da mesma maneira que dividimos uma história? E quantas vezes, na vida de verdade, abreviamos uma situação porque estamos cansados dela? (GONÇALVES, 2009, p. 718)

O cansaço que toma Kehinde e a faz narrar suas memórias é também aquele de quem cansou de ser narrada, de ser objeto e que, como um ato de resistência, toma para si a sua condição de sujeito. É essa resistência que a faz, em correlato, representar também a cultura afro-brasileira, marcada pela violência, por um lado, e pela reinvenção, por outro. Dessa forma, a condição de poder narrar o que lhe foi arrancado sendo uma mulher negra, bem como suas terras, suas famílias, sua cultura e sua liberdade, performam no romance um ato de resistência e rebeldia. São as descrições das dores do corpo feminino, da perda de entes queridos, da escravidão, da separação imposta pelo colonialismo ou, ainda, do assassinato dos que ousaram lutar por liberdade.

Os rastros dessas vozes silenciadas inquietam, emergem das lembranças mais antigas, compartilhadas pela oralidade, e, posteriormente, são transformadas em escritos. O rastro de Luísa Mahin é a reminiscência recuperada por Gonçalves (2009) para traçar, nas quase mil páginas do livro, uma versão distinta. Entendemos, nesse sentido, que o rastro representa “[...] essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente.” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Por esse viés, Kehinde emerge, ressurgue nas linhas do romance recuperando a voz da ausência por se fazer presença.

A memória narrada recupera o passado, que “[...] continua ali, longe e esperto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como a nuvem libidinosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar” (SARLO, 2007, p. 09). Dessa forma, dialogando com o texto de Sarlo (2007) e o de Gagnebin (2006), entendemos que o passado-memória tão pouco se pode esquecer, é uma constante presença de uma ausência que se recupera para que possa, enfim, existir na escrita literária e, por sua vez, na memória dos leitores.

2. O Processo de Desumanização e Desaculturação

Kehinde foi sexualmente violentada por José Carlos e, a partir dali, percebeu ainda mais a necessidade de tomar consciência da sua condição de escravizada a fim de que pudesse buscar meios de lutar e subverter tal condição. A violência não foi somente pelo estupro, mas também pela condição de não ter direito nem ao seu próprio corpo, sendo tratada como uma coisa, um objeto a mais na fazenda para onde fora levada. O estupro, infelizmente, foi apenas um dos gestos violentos que marcaram a trajetória de mulheres e homens negros no Brasil, visto que, desumanizados, foram tratados de modo animalizado e, para muitos, sequer deveriam ter alma, dada a condição de inferioridade que a violência racista colonial e escravocrata impôs.

Pontuamos, nesse sentido, que, como herança da colonização e da escravidão, ainda na atualidade, pessoas se tornam e perpetuam repetições de ideias de superioridade/inferioridade racial instauradas em nosso continente desde o estabelecimento do colonialismo. *Um defeito de cor* (2009)

possibilita entrever o quanto, nos dias atuais, sofremos com problemas enraizados e estruturados historicamente, seja por episódios racistas que se repetem, seja pelo genocídio da juventude negra, seja pela hiperssexualização e objetificação da mulher negra.

Aníbal Quijano (2005, p. 117), em seus estudos, evidencia que, numa perspectiva racista, a ideia de raça seria “[...] uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros.”. O autor, assim como Lugones (2014), defende que essa conceituação foi muito utilizada para “justificar” a violência, a exploração e a escravidão de corpos negros e indígenas na América. Além disso, supostamente respaldava para a hierarquização social e o desejo de inferiorizar a quem não estivesse no “topo” dessa absurda escala de classificação. Conforme postulado por Quijano (2008), os movimentos colonizadores englobaram as relações de saberes e poderes colonizados, sendo, dessa forma, uma outra via de desumanização, inferiorização e apagamento da cultura e do povo afro-brasileiro.

À perspectiva defendida por Quijano (2008), Lugones (2008) acrescenta a necessidade de nos atentarmos à colonialidade de gênero. Isso a fim de compreendermos historicamente a conjuntura dessas relações de poder instituídas na América.

Investigo la intersección de raza, clase, género y sexualidad para entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color: mujeres no blancas; mujeres víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género. (LUGONES, 2008, p. 57)

Lugones (2008), tal como o fazem as teóricas do feminismo negro, a exemplo de Ângela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (1988), destaca como as relações de poder na sociedade afetam sobremaneira as mulheres negras ou, no dizer da feminista decolonial, as mulheres não brancas, incluindo nessa perspectiva as latinas e as indígenas. Dessa forma, o romance de Gonçalves (2009) é, ao mesmo tempo, uma denúncia das abjetas condições históricas impostas às mulheres negras, como também uma subversão dessas condições, ao trazer uma protagonista que, ainda assim, resiste. Ao ocupar o papel de narradora e protagonista, sendo uma mulher negra ex-escravizada, Kehinde mostra-se como uma voz dissonante afrodiaspórica que inspira outras mulheres negras a lutarem e a resistirem.

Segundo Ângela Davis (2016, p. 10), “[...] O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos.”. Kehinde enfrenta essa violência desumanizadora da escravidão, obrigada a trabalhar forçadamente, em condições desiguais, ainda que, ao ser levada para fazer companhia à Sinhazinha Maria Clara, tenha ali a oportunidade de ter contato com os livros e, em meio à hostilidade da escravização, ter acesso à leitura por meio da Sinhazinha, que lhe emprestava os livros e gostava de ajudá-la a aprender. Foi também por meio desse contato que Kehinde entrou em contato com escritos de mulheres, algo que, posteriormente, a incentiva a, igualmente, ser uma mulher que narra a sua própria história.

A protagonista nos mostra suas dores, suas marcas e sua resistência diante do sistema escravocrata-exploratório colonial, na condição de sujeito marcado por um “defeito de cor”, na ótica racista. Retomamos, desse modo, o fragmento da carta-manifesto de Luís Gama (1852) sobre o decreto-lei que transformou a cor em um “defeito”, desumanizando as pessoas negras:

Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga, sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.

Essa cor tida como um “defeito” é a razão da riqueza de inumeráveis homens na história desse país e desse continente. É a cor explorada até as suas últimas forças, bem como a razão de boa parte do que se tem construído na América. Essa cor negada, rejeitada e subalternizada construiu a nação que somos hoje, e, infelizmente, continua sofrendo com os mesmos preconceitos e ideias de inferioridade do cenário da narrativa de Kehinde.

Ainda em relação à inferioridade e desumanização vivenciados no romance de Gonçalves pelos personagens negros, cumpre destacar que o processo de desumanização do corpo negro feminino inicia na obra com os reiterados ataques sexuais e físicos direcionados à protagonista e à sua família desde a infância na África. O embarque no navio negreiro acentua ainda mais esse processo de inferiorização e apagamento da cultura africana, com a negação da cultura negra, o silenciamento dos dialetos africanos e, conseqüentemente, da voz negra. O tratamento a que são submetidos no navio, amarrados como porcos, colocados na escuridão, no fedor e na sujeira, formam mais indícios da condição animalizada imposta aos negros, além de demonstrarem as injustiças cometidas em razão da cor da pele e de um sistema colonial-escravocrata. Na narrativa, Kehinde fala também sobre esses momentos de terror:

Apesar dos breves instantes de claridade que tivemos, pude perceber que o local era pequeno. [No porão o] silêncio que mais parecia um pano escuro, grosso e sujo, que tomava todos os espaços e prendia debaixo dele o ar úmido e malcheiroso, sabendo a mar e a excrementos, a suor e a comida podre, a bicho morto. Carneiros, talvez. Era como se todos esses cheiros virassem gente e ocupassem espaço, fazendo o lugar parecer ainda mais sufocante. (GONÇALVES, 2009, p. 32)

Nesse fragmento do romance, a protagonista, a avó e a irmã escravizadas foram colocadas no navio para a viagem em direção à América. A cena descreve, em detalhes, o estado do porão do navio, no qual os corpos são amontoados, sujeitos a permanecerem sujos, suportando o mal cheiro em espaços pequenos e mal alimentados. A isso, ainda eram acrescidos a fome e a tortura física, que são outras etapas do processo de desumanização representado na narrativa. Os negros passavam tanta fome que chegavam a se esquecer dela, pois, como narrou Kehinde, “[...] ficava dizendo que estava com fome, mas depois esqueceu. Eu também tentava esquecer que tinha fome.” (GONÇALVES, 2009, p. 36).

Por fim, quando o alimento era trazido, a quantidade era sempre insuficiente para todos e de má qualidade. Enfatizamos ainda que a distribuição da comida ocorria de forma desigual, demarcando a diferença de gênero na distribuição dos alimentos. Os primeiros a se alimentarem eram os homens, “[...] sendo que nós, as mulheres, éramos sempre deixadas por último.” (GONÇALVES, 2009, p. 38). Essa lógica adotada nos navios negreiros retoma a análise de Lugones (2008), no tocante a como, em meio às relações de poder, as mulheres são vítimas de um sistema patriarcal e de

privilégios masculinos, ainda que estejam entre os seus iguais e na mesma condição – no caso, os escravizados negros.

Esse processo descrito por Kehinde nos faz também retomar González (1988, p. 17), que fala em desigualdade sexual para se referir às discussões de gênero:

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano. (GONZÁLEZ, 1988, p. 17)

Aliado à denúncia de como as mulheres negras são afetadas frente às desiguais relações de poder, como mostra González (1988), a partir do termo do uso amefricanas, o romance de Gonçalves (2009) também traz uma perspectiva crítica quanto à aculturação imposta. Para o pensador Edouard Glissant (2005), o processo de aculturação tem início no navio também com a mistura de povos diferentes e imposição da língua, cultura e religião dominantes.

[...] os africanos chegaram despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo despojados de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua. (GLISSANT, 2005, p. 19)

Essa denúncia-crítica feita por Glissant (2005) é perceptível na trajetória das memórias de Kehinde. No contexto do romance, destacamos uma outra passagem que também ilustra essa situação, no momento da chegada ao Brasil, com o batismo e recebimento do novo nome. As religiões africanas foram silenciadas em detrimento da religião católica.

Nós não víamos a hora de desembarcar também, mas, disseram que antes teríamos que esperar um padre que viria nos batizar, para que não pisássemos em terras do Brasil com a alma pagã. Eu não sabia o que era alma pagã, mas já tinha sido batizada em África, já tinha recebido um nome e não queria trocá-lo, como tinham feito com os homens. Em terras do Brasil, eles tanto deveriam usar os nomes novos, de brancos, como louvar os deuses dos brancos, o que eu me negava a aceitar, pois tinha ouvido os conselhos da minha avó. Ela tinha dito que seria através do meu nome que meus voduns iam me proteger, e que também era através do meu nome que eu estaria sempre ligada à Taiwo, podendo então ficar com a metade dela na alma que nos pertencia. (GONÇALVES, 2009, p.44)

Kehinde, como ato de resistência e bravura, rejeita o novo batismo, foge da troca de nome e, ao longo da obra, percebemos suas tentativas de manter a religião e a cultura africana e afro-brasileira vivas em suas memórias, mesmo diante das proibições e imposições da religião católica. Era uma forma de manter consigo as memórias do passado em Savalu e as lembranças dos entes perdidos, como uma espécie de elo que ligava quem era no momento a quem foi em épocas passadas.

3. Exploração, Resistência e Reexistência de Kehinde

O corpo da mulher negra escravizada estava sujeito ao trabalho excessivo, à exploração física e sexual, além da violência simbólica e cultural impostas. Para além dos abusos sexuais sofridos, ainda enfrentavam a retirada do direito de exercer a maternidade e, independente de suas condições físicas, eram igualmente destinadas aos trabalhos que exigiam força física. No romance, um exemplo disso é quando Kehinde é destinada a trabalhar na fundição: “[...] o dia começava a clarear e os homens foram apanhar lenha e colocar embaixo das caldeiras, acendendo o fogo da fundição. [...] as mulheres se dirigiram para lá, também acendendo o fogo debaixo deles” (GONÇALVES, 2009, p. 84).

As crianças, como Kehinde naquele período, também estavam expostas e corriam o risco de serem queimadas: “[...] as vasilhas eram altas e as crianças mais baixas tinham que se equilibrar na ponta dos pés para conseguirem fazer o serviço, correndo o risco de se apoiar na caldeira, ela virar e o óleo fervente escorrer, levando junto a pele, a carne e até os ossos.” (GONÇALVES, 2009, p. 84). Esse trecho da narrativa acentua o lado desumanizador da escravidão, que não considerava característica nenhuma das pessoas negras como digna de cuidado ou proteção, visto que não importava se eram crianças, mulheres, idosos ou doentes. Para o sistema colonial escravocrata, era preciso apenas que esses corpos fossem úteis ou seriam destinados à morte.

Ângela Davis explica, em *Mulheres, raça e classe*, que, em se tratando da escravidão, “[...] as mulheres devem trabalhar com o mesmo afimco e realizar as mesmas tarefas que os homens.” (DAVIS, 2016, p. 23). De acordo com a autora,

[...]como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 10)

Explorada na condição de escravizada, tanto Kehinde deveria ser um corpo útil para o sistema de trabalho imposto, quanto o seu corpo também deveria servir sexualmente ao senhor de escravos. Conforme comentamos anteriormente, a nossa protagonista não escapou do abuso sexual, que culminou com o nascimento do primeiro filho, Banjokô.

[...] o sinhô José Carlos me derrubou na esteira, com um tapa no rosto, e depois pulou em cima de mim com o membro já duro e escapando pela abertura da calça, que ele nem se deu ao trabalho de tirar. Eu encarava os olhos mortos do Lourenço enquanto o sinhô levantava a minha saia e me abria as pernas com todo o peso do seu corpo. (GONÇALVES, 2009, p. 121)

A violência sexual sofrida pela jovem Kehinde é a representação da realidade vivida por inúmeras outras mulheres negras escravizadas no passado, visto que seus senhores se sentiam no

direito de se apossarem sexualmente de seus corpos. Os filhos bastardos recebiam o mesmo tratamento indiferente que as mães, negados e escravizados. A maternidade era um direito retirado das mulheres negras, as quais constantemente passavam pela separação de suas famílias, vendo seus filhos serem vendidos e as suas famílias destruídas. Como afirma Davis (2016, p. 23), “[...] Eram classificadas como ‘reprodutoras’ e não como ‘mães’, suas crianças podiam ser vendidas e levadas para longe.”

Pelos recortes aqui propostos, os quais de modo algum esgotam as violências e as explorações descritas no romance de Gonçalves (2009), podemos perceber que os corpos femininos negros foram explorados ao máximo, tanto nos aspectos físicos, relacionados ao trabalho, como sexuais. Corpos usados, descartados e sem o direito ao exercício da maternidade, ainda que muitas vezes fossem obrigadas a amamentar aos filhos das senhoras de escravos. Todavia, mesmo frente a um cenário tão violento e desolador como esse, entendemos que Kehinde resiste e busca reexistir em meio às formas que cria para sobreviver.

Segundo Bosi (2002, p. 118), a resistência em “[...] seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia.”. Esse opor a força própria contra uma força alheia, seja a escravidão, as peças da vida, a luta pela liberdade ou a recuperação do filho perdido, é que nos leva a observar a resistência de Kehinde nos movimentos afrodiaspóricos que empreende ao longo da narrativa. Destacamos, nesse sentido, que tal como Kehinde resiste, também a cultura afro-brasileira, mesmo com as inúmeras tentativas de silenciamento que sofre, segue resistindo aos apagamentos e silenciamentos impostos, utilizando da sua ancestral força cultural para demarcar seus espaços de cultura.

O primeiro desafio imposto à Kehine é o assassinato violento e brutal de Kokumo e de sua mãe, vendo-a também ser violentada antes de ser assassinada. Restam, a partir dali, somente Kehine, sua irmã Taiwo e sua avó. Elas resistem seguindo rumo à outra cidade, numa tentativa de refazer a vida e encontrar algo que trouxesse sentido para viverem. Em Savalu, após um curto período de paz e alegrias na vida das três, em meio à infância da protagonista, ela e sua irmã são capturadas e escravizadas. A avó busca segui-las, para tentar proteger as netas; contudo, durante a travessia, Kehinde se vê sozinha, após a morte de suas duas companhias.

Num processo alusivo, podemos dizer que, tal como a cultura africana, Kehinde desembarca sozinha no Brasil, sem saber o que lhe ocorreria. Todavia, ambas, mesmo sofrendo inúmeras violências e ataques, buscam se reinventar na nova sociedade que as abriga. Frente às fusões culturais que ocorrem, assim como Kehinde assume características brasileiras, também a cultura afro incorpora características que originam identidades culturais afro-brasileiras, em um constante processo de reinvenção e de reexistência.

A resistência de Kehinde segue ainda diante do estado de escravidão, pois ela busca de todas as formas conseguir a sua liberdade, ainda que trabalhe muito para atingir seu objetivo. Em sua trajetória, depois de perder o filho, vendido pelo pai, ela resiste a deixá-lo para trás e retorna da África à América para encontrá-lo. Já no fim de sua existência, narra suas memórias, a fim de contar para ele que jamais fora esquecido e que ela tampouco desistiu de encontrá-lo. Reiteramos, nesse sentido, que a trajetória completa de existência da personagem Kehinde é marcada pela força da mulher negra, uma força imensurável, similar à força cultural afro-brasileira, que enfrenta todas as adversidades sem desistir de si, da liberdade, de encontrar o filho, em constantes movimentos de uma resiste reexistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Um defeito de cor* (2009), de autoria de Ana Maria Gonçalves, conhecemos a trajetória da personagem Kehinde, desde sua infância em Savalu à sua vinda para o Brasil como escravizada. Em seu percurso de vida, são muitos os movimentos de idas e vindas, em busca do filho perdido e de sua própria reexistência, o que nos permitiu ter como objetivo discutir de que modo a trajetória de resistência de Kehinde evidencia, também, uma resistência da cultura afro-brasileira, e, especialmente, das mulheres negras, em meio à violência da escravidão e da colonização no Brasil. Ao fim do estudo, que traz inúmeras possibilidades de ampliação, defendemos que Kehinde é um exemplo de força e reinvenção, em sua incansável busca pela liberdade, tal como também o são muitas outras mulheres negras brasileiras e, ao mesmo tempo, a própria cultura afro-brasileira.

Muitos trechos desse romance, que inter-relaciona literatura, história e memória, aludem a denúncias de processos históricos colonialistas e escravocratas, sob a égide do patriarcado. São reiterados os episódios de violência física, simbólica e cultural, bem como de violência de gênero e sexual, que atingem sobretudo às mulheres negras, indicando como o racismo, mesmo quando denunciado num tempo passado, ainda se mantém vivo na atualidade. Nesse sentido, a cultura afro-brasileira busca resistir em meio às violências e trânsitos afrodiaspóricos vivenciados por sujeitos negros, os quais almejam o respeito e o direito às suas memórias, identidades, subjetividades e aos seus corpos.

Dessa forma, a escritora Ana Maria Gonçalves alça Kehinde à condição de protagonista em seu romance, colocando-a como narradora do seu próprio corpo negro feminino que não se rende, que não desiste, que é forte e está em um processo constante de resistir para continuar existindo. É uma trama, por si, necessária e inspiradora. Uma heroína negra que nos apresenta o seu passado, suas dores e seus sofrimentos é uma inspiração que, por meio da celebração à cultura afro-brasileira, ultrapassa as barreiras impostas pelo racismo.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.
- DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Bomtempo, 2016.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. 4 ed. São Paulo: editora 34, 2006.
- GLISSANT, Edouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. L. Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Revista tabula rasa*. v. 9, p. 73-101, Bogotá: 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Ferreira d'Aguiar. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.